

Folha e Estadão elogiam decisão sobre volta de Aécio ao Senado

Dois dos maiores jornais do Brasil publicaram neste final de semana editoriais elogiando decisões do Supremo Tribunal Federal que soltaram o ex-deputado Rocha Loures e devolveram o mandato parlamentar ao senador Aécio Neves (PSDB-MG). *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo* viram nas medidas um combate ao sentimento de punição a qualquer preço.

Na sexta-feira (30/6), o ministro Marco Aurélio [derrubou ordem que impedia Aécio de atuar no Senado](#), enquanto o ministro Edson Fachin [substituiu a prisão preventiva de Loures](#) por medidas cautelares, como monitoramento por tornozeleira eletrônica.

Reprodução



Aécio estava afastado do Senado desde junho, mas decisão foi derrubada pelo ministro Marco Aurélio na sexta (30/6).

Reprodução

A *Folha* afirma que os indícios contra ambos são “devastadores”, mas considerou que há “óbvio exagero do Ministério Público em considerar tentativa de obstrução de Justiça as iniciativas de parlamentares com vistas a modificar aspectos da legislação penal”.

Segundo a Procuradoria-Geral da República, ele articulou um grupo de senadores para anistiar o caixa dois eleitoral e aprovar reforma da lei de abuso de autoridade.

O editorial da *Folha*, publicado no sábado (1º/7), diz que a “correção de eventuais excessos não significa esmorecer no combate à corrupção. As investigações prosseguem — mas é fundamental que se façam dentro da lei”.

Histeria justiceira

Neste domingo (2/7), o *Estado de S. Paulo* classificou como exemplar a decisão de Marco Aurélio. O jornal destacou com ênfase que a divisão entre os três Poderes estava ameaçada com as recentes decisões.



“Mesmo no caso de flagrante, é preciso autorização do Legislativo. E tudo isso existe não para garantir impunidade aos políticos, como martelam dia e noite os demagogos, e sim para dar segurança jurídica ao exercício do mandato obtido nas urnas.”

O texto cita trecho em que Marco Aurélio defende “a preservação do interesse primário, (...) e não a feitura da justiça a ferro e fogo, a tomada da providência extrema, o justicamento”. Para o jornal, trata-se de “clara referência ao princípio que parece reger a vanguarda do Ministério Público na lava jato e em outras operações, segundo o qual sua noção particular de ‘justiça’ deve prevalecer sobre qualquer outra”.

O *Estadão* aproveitou para criticar a forma como as delações premiadas têm sido feitas e elogiou entendimento da subprocuradora-geral da República Raquel Dodge, [indicada para comandar a PGR](#). Em debates, ela afirmou que o MP não pode fazer dosimetria de pena.

“É alentador notar que, em meio à histeria justiceira, começam a se manifestar com coragem aqueles que prezam o Estado de Direito”, escreveu o jornal.

Date Created

02/07/2017